

**TERMO DE FOMENTO Nº 43/2026****QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS E O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE HORIZONTE ALEGRE**

**O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**, inscrito no CNPJ sob nº 18.602.011/0001-07, com sede a Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro Eldorado nesta cidade de Patos de Minas-MG, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, neste ato representada pela Prefeita Municipal, Sandra Cristina Gomes da Silva, brasileira, portadora do CPF nº **\*\*\*.799.\*\*\*-\*\***, Carteira de Identidade nº **MG-\*.198.\*\*\*** SSP – DF, residente e domiciliada nesta cidade e o **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE HORIZONTE ALEGRE**, inscrita no CNPJ sob nº. 23.097.637/0001-43, com sede na localidade de Horizonte Alegre, S/N, Zona Rural de Patos de Minas, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada pelo presidente Roberto Faria de Lima, nacionalidade brasileiro, portador do C.P.F nº **\*\*\*.121.\*\*\*-\*\***, residente e domiciliado nesta cidade, resolvem celebrar o presente **Termo de Fomento**, regendo-se nas Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 8.928 de 14/07/2025 e suas alterações, Lei Orçamentária Anual nº 9.077 de 22/12/2025, Lei Municipal de Repasses Financeiros de Subvenções, Contribuições e Auxílios nº 9.078 de 22/12/2025, alterada pela Lei 9.146 de 10/04/2026, Decreto Municipal nº 5.889 de 21/01/2025 que reestrutura as regras e os procedimentos para celebração de parcerias entre a Administração Direta e Indireta do Município de Patos de Minas e as Organizações da Sociedade Civil, para a consecução de finalidades de interesse público e dá outras providências, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2.014 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; consoante ao processo digital nº **4463-26-PAT-GOV** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - O presente termo de fomento, decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (subvenções sociais/auxílios) visando a compra de materiais permanentes e de consumo para melhor acomodação das pessoas que frequentam a sede do conselho, bem como usufruem de seus equipamentos, visando a promoção do bem-estar de seus membros. Além de promover a preservação ambiental das nascentes da região, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.



1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

### **I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:**

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;



- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

## **II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.



## CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$27.141,60 (vinte e sete mil, cento e quarenta e um reais e sessenta centavos)**.

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de **R\$27.141,60 (vinte e sete mil, cento e quarenta e um reais e sessenta centavos)** correndo a despesa à conta das dotações orçamentárias:

**R\$7.275,60 (sete mil, duzentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos)**

01.08.01.00.08.244.0006.2.0055, UG 01.08.01.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Gestão: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme discriminação abaixo:

Função: 08, Subfunção: 244, Programa: 0006, Despesa: 3.3.50.43.0000 – Subvenções Sociais

Fonte 01-0500-0000-0117 Emendas Parlamentares Municipais. (1.050)

**R\$19.866,00 (dezenove mil, oitocentos e sessenta e seis reais)**

01.08.01.00.08.244.0006.2.0055, UG 01.08.01.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Gestão: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, conforme discriminação abaixo:

Função: 08, Subfunção: 244, Programa: 0006, Despesa: 4.4.50.42.0000 – Auxílios

Fonte: 01.0500.0000.0117 Emendas Parlamentares Municipais (5.692)

**O valor deverá repassado em parcela única**

## CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica na **Conta Corrente nº 101.887-6,, Agência nº 0190-2 – Banco do Brasil**, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.



I- Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica, sujeita a identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade do depósito em sua conta bancária.

I - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

5.3 – Todas as despesas (notas fiscais, faturas) deverão ser emitidas no nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no período compreendido entre a data do



recebimento dos recursos financeiros pela entidade e o prazo estipulado na Cláusula Sexta, discriminando as despesas conforme estabelecido na cláusula primeira, sem rasuras e constando comprovante de pagamento.

5.4 Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante OSC

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

## CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir da sua assinatura até **31/08/2026**, conforme prazo previsto no anexo Plano de trabalho para a consecução de seu objeto. **Fica estabelecido que, a partir da assinatura deste Termo de Fomento, o prazo de execução informado no Plano de Trabalho é anulado e substituído pelo prazo de vigência aqui informado.**

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta OSC devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo



de fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.



**7.3 A servidora Andréia Aparecida Soares, matrícula 19734 e Karine Bento Ferreira Nogueira, matrícula: 22818, foi oficialmente designada como gestoras da parceria, conforme estabelecido na Portaria 4.730 de 15 de junho de 2023, alterada pela Portaria 4.747 de 04 de outubro de 2023.**

**7.4 A Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria foi nomeada por meio da Portaria 4.889 de 25 de setembro de 2024.**

## **CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas fiscais e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:



I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – O MUNICÍPIO considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.



§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.



8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

## **CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES**

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Advocacia Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:



I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES**

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Todos os produtos, materiais, identidades visuais, processos, metodologias, elementos cenográficos, composições, registros, acervos técnicos, bens imateriais e demais criações intelectuais utilizados, desenvolvidos, aprimorados ou incorporados no âmbito da



presente parceria serão considerados de relevância pública e afetas à política municipal de promoção cultural, razão pela qual a OSC parceira cede ao Município, de forma irrevogável e irreatável, os direitos patrimoniais de uso, reprodução, adaptação, veiculação e atualização desses bens, a título gratuito, para fins institucionais, educativos, turísticos e culturais, pelo prazo indeterminado.

11.5 - A cessão prevista nesta cláusula abrange quaisquer signos distintivos, denominações, logotipos, marcas, elementos visuais ou comunicacionais empregados na execução do projeto, independentemente da data de criação, registro, titularidade ou forma de apresentação, presumindo-se autorização plena da entidade para utilização pelo Município, sempre que vinculada ao interesse público e às finalidades do projeto.

11.6 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização doadora, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.7 - Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e



d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

III - poderá ser rescindido amigavelmente por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração Municipal.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

13.1 As partes declaram e concordam que toda e qualquer atividade de tratamento de dados deve atender às finalidades e limites previstos neste instrumento e estar em conformidade com a legislação aplicável, principalmente, mas não se limitando à Lei 13.709/18 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”).

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE**

14.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

15.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

16.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Patos de Minas - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.



16.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

---

**MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**

Sandra Cristina Gomes da Silva  
Prefeita Municipal

---

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE HORIZONTE  
ALEGRE**

Roberto Faria de Lima  
Presidente

## 43-2026 CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE HORIZONTE ALEGRE - 4463-26-PAT-GOV pdf

Código do documento f47c66cf-5d3b-4372-8e9f-78f1b748779c



### Assinaturas



Sandra Cristina Gomes da Silva  
gabinete@patosdeminas.mg.gov.br  
Assinou como parte

Sandra Cristina Gomes da Silva



Roberto Faria de Lima  
elsongb@hotmail.com  
Assinou como parte

Roberto Faria de Lima



Fabiana de Sant Anna Miranda Eguchi  
fabianaeguchi@patosdeminas.mg.gov.br  
Aprovou

Fabiana de Sant Anna Miranda Eguchi



Cídia Costa Vargas  
controladoria@patosdeminas.mg.gov.br  
Aprovou

Cídia Costa Vargas



Renata Gomes Caixeta  
renatihagcaixeta@gmail.com  
Assinou como testemunha

Renata Gomes Caixeta



Alanna Marta Oliveira Reis  
alanna@patosdeminas.mg.gov.br  
Assinou como testemunha

### Eventos do documento

#### 25 May 2026, 14:05:00

Documento f47c66cf-5d3b-4372-8e9f-78f1b748779c **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE\_ATOM: 2026-05-25T14:05:00-03:00

#### 25 May 2026, 14:10:30

GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. **REMOVEU** o signatário **gabinete@patosdeminas.mg.gov.br** - DATE\_ATOM: 2026-05-25T14:10:30-03:00

#### 25 May 2026, 14:12:27

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE\_ATOM: 2026-05-25T14:12:27-03:00

**25 May 2026, 14:18:55**

ALANNA MARTA OLIVEIRA REIS **Assinou como testemunha** (91561e2b-a6a1-4868-9b9d-f81250075f7a) - Email: alanna@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 39298) - Documento de identificação informado: 059.408.386-93 - DATE\_ATOM: 2026-05-25T14:18:55-03:00

**25 May 2026, 14:42:00**

ROBERTO FARIA DE LIMA **Assinou como parte** - Email: elsongb@hotmail.com - IP: 177.69.50.193 (177-069-050-193.static.ctbctelecom.com.br porta: 25294) - Documento de identificação informado: 682.121.436-00 - DATE\_ATOM: 2026-05-25T14:42:00-03:00

**25 May 2026, 14:55:39**

RENATA GOMES CAIXETA **Assinou como testemunha** (f7a8e0fa-f3ba-4d39-905a-a5510cecadce) - Email: renatinhagcaixeta@gmail.com - IP: 179.84.159.181 (179-84-159-181.user.vivozap.com.br porta: 51200) - Documento de identificação informado: 082.932.706-16 - DATE\_ATOM: 2026-05-25T14:55:39-03:00

**25 May 2026, 16:29:52**

FABIANA DE SANT ANNA MIRANDA EGUCHI **Aprovou** (26ba4f65-7f78-4c97-8ac3-fac1efa13dd2) - Email: fabianaeguchi@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 49000) - Documento de identificação informado: 045.083.766-14 - DATE\_ATOM: 2026-05-25T16:29:52-03:00

**25 May 2026, 17:49:44**

SANDRA CRISTINA GOMES DA SILVA **Assinou como parte** (5b1bc134-a694-45f1-a132-b1a404824524) - Email: gabinete@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 47488) - Documento de identificação informado: 719.799.641-49 - DATE\_ATOM: 2026-05-25T17:49:44-03:00

**26 May 2026, 13:38:43**

CÍDIA COSTA VARGAS **Aprovou** - Email: controladoria@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 27838) - Documento de identificação informado: 034.296.356-24 - DATE\_ATOM: 2026-05-26T13:38:43-03:00

Hash do documento original

(SHA256):58800b13c255fff8e62926af8336164be80ddd76edb5f8bc29949144493b1df8

(SHA512):29200ac58d65d052af6e868a96c8748e02fd44baa48b2f4aeff4b8a44d899a2b5d425db77617204f0d8342ac5347d3b48fac247a8a44152fc7736ff71ab298d0

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

**PLANO DE TRABALHO****1. DADOS CADASTRAIS – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**

Razão Social <b>Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Horizonte Alegre</b>		CNPJ <b>23.097.637.0001-43</b>	
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) <b>Rua Dois, S/N</b>			
Bairro <b>Centro – Horizonte Alegre</b>	Cidade <b>Patos de Minas</b>	CEP <b>38.700-000</b>	
E-mail da Instituição <b>elsongb@hotmail.com</b>		Site da instituição <b>Não possui</b>	
Telefone 1 <b>(34) 99975-3770</b>	Telefone 2 <b>(34) 99888-1070</b>	Telefone 3	
Número da conta corrente: <b>101.887-6</b>	Agência: <b>0190-2</b>	Banco: <b>Banco do Brasil</b>	Operação: <b>001</b>

**2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA OSC**

Nome <b>Roberto Faria de Lima</b>		CPF:	
Nº RG	Órgão Expedidor	Cargo/Função	
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.)			
Bairro	Cidade	Período de Mandato	
Telefone 1	Telefone 2	Telefone 3	

**3. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE**

Identificação do Projeto/Atividade <b>Formalização de parceria, com transferência de recursos, entre a Prefeitura Municipal e o Centro de Desenvolvimento Comunitário de Horizonte Alegre, visando a compra de materiais permanentes e de consumo para melhor acomodação das pessoas que frequentam a sede do conselho, bem como usufruem de seus equipamentos, visando a promoção do bem-estar de seus membros. Além de promover a preservação ambiental das nascentes da região</b>	
Período de Execução <b>3 meses</b>	Nº de Beneficiários que serão atendidos <b>500 pessoas</b>
Abrangência <b>Comunidade de Horizonte Alegre e região rural adjacente (fazendas).</b>	Valor recurso do Município(R\$) <b>R\$ 27.141,60</b>  Valor Contrapartida da OSC(R\$) <b>R\$ 0,00</b>  Valor total(R\$) <b>R\$ 27.141,60</b>
Justificativa <p>A compra de materiais permanentes e de consumo descritos neste plano de trabalho serão necessários para estruturar o Salão Comunitário da comunidade, utilizado na realização de eventos voltados para toda a sociedade. Exemplos do mesmo, se faz na realização do Leilão de Gado, Porco e Galinha realizado anualmente no sábado de carnaval destinado a arrecadação de doativos em prol do Dispensário São Vicente de Paulo de Patos de Minas. Já com caráter religioso, é realizado anualmente, no mês de junho, a celebração de Corpus Christi com a passagem de coroa da tradicional festa de Folia de Reis da comunidade. Além disso, o CDC pretende realizar um trabalho de proteção das nascentes da comunidade de Horizonte Alegre, através do cercamento das mesmas.</p>	
Descrição do Projeto/Atividade	

O Conselho Comunitário de Horizonte Alegre foi fundado em 28 de Dezembro de 1992, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede na localidade de Horizonte Alegre, no distrito de Major Porto, no município de Patos de Minas. O conselho tem por finalidade promover e contribuir para a formação e desenvolvimento de vida comunitária dos moradores da Associação, além de representar os moradores da associação em suas reivindicações junto aos poderes constituídos.

- **Principais ações na área de atuação;**

Desenvolve diversas ações sociais e recreativas em prol da comunidade, além de promover a ponte entre os moradores e o Poder Público reivindicando melhorias em estradas e participação direta na sua reconstrução, a partir da obtenção de equipamentos em parceria com o Poder Municipal para a sua manutenção como um trator com carreta acoplada, um arado, uma grade niveladora, uma ensiladeira, um pulverizador e um lance, este último utilizado na aplicação de calcário, além de atuar na promoção do bem-estar da comunidade, por exemplo.

- **Perfil do público beneficiário da entidade (como: faixa etária, renda, escolaridade, condição de moradia);**

O CDC de Horizonte Alegre atende cerca de 50 pessoas que moram na comunidade e nas fazendas adjacentes, compreendendo diferentes perfis de público.

- **Capacidade de atendimento;**

A capacidade de atendimento do conselho é de 500 pessoas, considerando a realização de eventos que abrangem toda a região.

- **Metodologia de trabalho:**

Os trabalhos realizados pelo CDC, se baseiam no atendimento da comunidade em reivindicações generalizadas. Contudo, além do atendimento nas atividades agrárias ou em situações de tráfego nas estradas, se destinam à realização de eventos de caráter social/religioso voltados para o bem-estar da comunidade.

#### 4. CAPACIDADE TÉCNICA / QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

A capacidade técnica do CDC é comprovada pela Prefeitura Municipal de Patos de Minas, conforme o Termos de Fomentos 09/2023, 50/2023, 35/2024 e 35/2025 celebrados entre o Município de Patos de Minas e o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Horizonte Alegre (CDC de Horizonte Alegre).

#### 5. SÍNTESE DA PROPOSTA

##### 5.1. Identificação do Objeto (Geral e Específico)

**OBJETO:** Compra de materiais permanentes e consumo para uso da comunidade.

**OBJETIVO GERAL:**

Aumentar a disposição de materiais permanentes e de consumo disponíveis para uso da comunidade e promover a preservação ambiental das nascentes locais.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- \* Estruturar a sede do conselho com materiais permanentes e de consumo;
- \* Promover a preservação ambiental das nascentes locais.

\*Comprar os seguintes materiais de consumo:

- 04 painéis grandes de alumínio batido nº 46 – 20litros;
- 04 caldeirões industriais alumínio nº 45;
- 08 UN de arame liso 1000m.

\*Comprar os seguintes materiais permanentes:

- 01 Microondas 20l;
- 01 Balança Digital Profissional 200kg;
- 01 Multiprocessador de Alimentos;
- 01 Fogão Industrial 02 Bocas com pé registro e mangueira;
- 01 Balcão Multiuso;
- 23 Mesas Plásticas quadradas 70cm;
- 30 Cadeiras Plásticas.
- 543 unidades de Eucalipto Tratado Extra (Estaca) 08x10;
- 30 unidades de Eucalipto Tratado Extra (Palanque) 12x14 3,20m.

**5.2. Resultados esperados**

Estruturar com materiais permanentes a sede do conselho e alcançar o melhor acolhimento das pessoas que necessitam da utilização da sede do conselho. Além de promover a preservação ambiental das nascentes locais.

**5.3. Metas**

Garantir o bem-estar da comunidade em todas as suas esferas, a partir da estruturação com equipamentos e bens de consumo da sede do conselho.  
Promover a preservação ambiental das nascentes locais.

**5.4. Público beneficiário**

500 pessoas.

**5.5. Forma de execução das atividades**

Serão comprados os materiais permanentes e de consumo listados a seguir objetivando a realização de trabalhos comunitários que promovam o bem-estar e a saúde dos seus membros, uma vez que os mesmos serão utilizados em eventos e na acomodação das pessoas que utilizam a sede deste conselho. Já os itens: arame liso 1.000m e os eucaliptos serão utilizados para construir cercas destinadas à preservação das nascentes locais, através do seu cercamento.

Materiais de consumo:

- 04 painéis grandes de alumínio batido nº 46 – 20litros;
- 04 caldeirões industriais alumínio nº 45;
- 08 unidades de arame liso 1.000m.

Materiais permanentes:

- 01 Microondas 20l;
- 01 Balança Digital Profissional 200kg;
- 01 Multiprocessador de Alimentos;
- 01 Fogão Industrial 02 Bocas com pé registro e mangueira;
- 01 Balcão Multiuso;
- 23 Mesas Plásticas quadradas 70cm;
- 30 Cadeiras Plásticas.
- 543 unidades de Eucalipto Tratado Extra (Estaca) 08x10;
- 30 unidades de Eucalipto Tratado Extra (Palanque) 12x14 3,20m.

**5.6. Indicadores, formas de aferição dos cumprimentos das metas**

A partir da apresentação de Nota Fiscal dos materiais comprados e serviços prestados.

**5.7. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta**

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal
-	-	-	-

**6. PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Pessoal e Encargos Sociais	-
<b>Materiais de Consumo</b>	<b>R\$ 7.275,60</b>
Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica	-
Aluguel/Locação	-
<b>Materiais Permanentes e Obras</b>	<b>R\$ 19.866,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 27.141,60</b>

**6.1 Detalhamento das despesas****6.1.1 Pessoal e Encargos Sociais**

Item	Especificação/ Nome	Cargo	Qtde/mês	Valor mensal	Valor Total da despesa
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
	<b>Subtotal</b>				-

**6.1.2 Material de Consumo**

Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde/produto	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total da despesa
<b>01</b>	Panela Grande Alumínio Batido nº 46 - 20l	-	04 UN	R\$ 369,00	-	R\$ 1.479,60
<b>02</b>	Caldeirão Industrial Alumínio Nº 45 – 60 litros	-	04 UN	R\$ 399,00	-	R\$ 1.596,00
<b>03</b>	Arame Liso 1000m	-	08 UN	R\$ 525,00	-	R\$ 4.200,00
	<b>Subtotal</b>					<b>R\$ 7.275,60</b>

**6.1.3 Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica**

Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde /profissional	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
<b>01</b>	-	-	-	-	-	-
<b>02</b>	-	-	-	-	-	-
<b>03</b>	-	-	-	-	-	-
	<b>Subtotal</b>				-	-

**6.1.5 - Equipamentos/materiais permanentes e obras**

Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde/material	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total da despesa
<b>01</b>	Microondas 20l	-	01 UN	R\$ 599,00	-	R\$ 599,00
<b>02</b>	Balança Digital Profissional 200kg 50g W200	-	01 UN	R\$ 1.689,00	-	R\$ 1.689,00
<b>03</b>	Multiprocessador de Alimentos 1000W Turbo	-	01 UN	R\$ 355,00	-	R\$ 355,00

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE HORIZONTE ALEGRE**

<b>04</b>	Fogão Industrial 2 Bocas Alta Pressão com pé registro e mangueira	-	01 UN	R\$ 499,00	-	R\$ 499,00
<b>05</b>	Balcão Multiuso com 2 porta	-	01 UN	R\$ 365,00	-	R\$ 365,00
<b>06</b>	Impressora Multifuncional Laser Mono 110V	-	01 UN	R\$ 1.499,00	-	R\$ 1.499,00
<b>07</b>	Mesa Plástica Quadrada 70cm Branca	-	13 UN	R\$ 105,00	-	R\$ 1.365,00
<b>08</b>	Cadeira Plástica Branca Sem Braço	-	49 UN	R\$ 55,00	-	R\$ 2.695,00
<b>09</b>	Eucalipto Tratado Extra (Estaca) 08x10	-	543 UN	R\$ 16,050		R\$ 8.715,15
<b>10</b>	Eucalipto Tratado Extra (Palanque) 12x14 3,20m	-	30 UN	R\$ 69,50		R\$ 2.085,00
<b>11</b>	Desconto	-	01 UN	-R\$ 0,15		-R\$ 0,15
	<b>Subtotal</b>					<b>R\$ 19.866,00</b>

<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 27.141,60</b>
--------------------	----------------------

**7. PREVISÃO DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO (R\$)**

<b>REPASSES</b>					

## 8. PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL/TOTAL

A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada na periodicidade definida pelo Plano de Trabalho da parceria, de forma condizente com o seu objeto e com o cronograma de desembolso de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada de acordo com as parcelas liberadas e a Prestação de Contas.

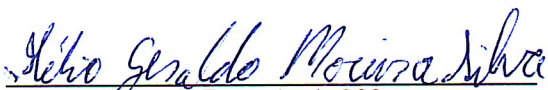
## 9. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal do **Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Horizonte Alegre – CDC de Horizonte Alegre** declaro, para fins de prova junto ao **Município de Patos de Minas – MG**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com órgão ou entidade da Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal, que impeça a realização deste termo ou qualquer instrumento legal com o Município de Patos de Minas - MG, na forma deste plano de trabalho.

Pede e espera deferimento.

Em 09 de fevereiro de 2026.

  
Assinatura do Representante Legal (Presidente)

  
Assinatura do Tesoureiro da OSC

## 10. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

DECLARAMOS que foi analisado o conteúdo do PLANO DE TRABALHO, APROVAMOS e autorizamos a execução dos procedimentos operacionais detalhados no mesmo.

Patos de Minas (MG), de de

Assinatura Administrador Público - Secretário Ordenador da Despesa

0 1 plano de trabalho atualizado1774464270351 H Alegre pdf

Código do documento e61860c4-305f-4b24-9ef4-eecc5075939d



## Assinaturas



Elisângela Luisa Fernandes  
elisangela.fernandes@patosdeminas.mg.gov.br  
Assinou

Elisângela Luisa Fernandes

## Eventos do documento

### 14 Apr 2026, 18:39:01

Documento e61860c4-305f-4b24-9ef4-eecc5075939d **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE\_ATOM: 2026-04-14T18:39:01-03:00

### 14 Apr 2026, 18:39:38

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE\_ATOM: 2026-04-14T18:39:38-03:00

### 14 Apr 2026, 19:23:56

ELISÂNGELA LUISA FERNANDES **Assinou** (14332fa9-bcee-43df-a3db-2a1487a98a09) - Email:elisangela.fernandes@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 189.15.122.251 (189-015-122-251.xd-dynamic.algarnetsuper.com.br porta: 56808) - **Geolocalização: -18.608750060636964 -46.52665424057438** - Documento de identificação informado: 058.879.486-47 - DATE\_ATOM: 2026-04-14T19:23:56-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):c3b070b78424e28d32154020948f29e970a27f496514a66c5759796dbace59ed

(SHA512):20b66e6245223968af384f6eb1a25b1416e5dabcb51bae37df0c7f2f50968bf32a38008e0634dd9aeba75da5978adb3a705f72997c6d75aceec0216d37e2c8f

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

30/09/2026. Patos de Minas, 28 de maio de 2026. Sandra Cristina Gomes da Silva, Prefeita Municipal.

Termo de Fomento nº 43/2026, Organização da Sociedade Civil: Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Horizonte Alegre: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (subvenções sociais/auxílios) visando a compra de materiais permanentes e de consumo para melhor acomodação das pessoas que frequentam a sede do conselho, bem como usufruem de seus equipamentos, visando a promoção do bem-estar de seus membros. R\$27.141,60 (vinte e sete mil, cento e quarenta e um reais e sessenta centavos) Assinatura: 26/05/2026. Vigência: 31/08/2026. Patos de Minas, 28 de maio de 2026. Sandra Cristina Gomes da Silva, Prefeita Municipal.

### Atos Oficiais CÂMARA MUNICIPAL

#### Expediente

Ratificação da Inexigibilidade nº 05/2026 – ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.. Inscrição para três participações no curso online e ao vivo “Terceirização em Foco”. Valor total: R\$9.180,00, no período de 08 a 12/06/2026. Fundamentação Legal: Caput do Art. 74, da Lei nº 14.133/2021. Ratificação em: 26/06/2026. Patos de Minas, 27 de maio de 2026. João Batista Gonçalves. Presidente da Câmara Municipal. (34)3821-8455.

### Atos Oficiais – CONSELHOS MUNICIPAIS

#### Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

#### CONVOCAÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio de sua Presidente, CONVOCA todos os membros deste Conselho (Titulares e Suplentes) para REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA dia 28/05/2026 (quinta-feira) às 13:30 horas, no formato presencial, Sala de Reuniões na Rua Tenente Bino, 83 - Bairro Centro.

#### Pauta

1. Apreciação da Ata número 465, referente à reunião realizada dia 13/05/2026.
2. Apreciação do Ofício nº 081/2026 – Controladoria Geral do Município CGM com orientação para vedação de remuneração com recursos do FIA a dirigentes de entidades que exercem funções deliberativas / fiscalizadoras no CMDCA.
3. Deliberar sobre alteração do edital conforme Chamamento Público FIA nº01/2026 de acordo com orientação da Controladoria Geral do Município.

Franciele Aparecida Ferreira de Sousa  
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

#### CONTEÚDO

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade de seus emissores: Órgãos Públicos, Entidades e, demais interessados. Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor. Para informações sobre como contatar o órgão emissor, telefone: (034) 3822-9680 – Diretoria de Comunicação Social.

#### DIÁRIO OFICIAL DE PATOS DE MINAS

Endereço: Rua Doutor José Olympio de Mello, 151 – Bairro Eldorado – Patos de Minas/MG.  
Telefone: (34) 3822-9680.

#### SANDRA CRISTINA GOMES DA SILVA Prefeita Municipal

CAROLINA FILARDI TAFURI  
MÁRCIA CHRISTINA DE S. O. CAIXETA  
Diagramação

Órgão Oficial do Município de Patos de Minas, criado pela Lei nº 7.687 de 28 de novembro de 2018 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 4.703, de 03 de outubro de 2019.

